



Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário

MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ

Cada coletividade tende a ter seus símbolos próprios, dotados de um significado específico, com a função de perpetuar determinados valores. *Ser paulista*, manifestação de uma coletividade geograficamente localizada, se exprime através de uma figura mítica, a do bandeirante; feitos do passado definem a este, quando conquistou para a Coroa portuguesa o imenso interior brasileiro, caracterizando-se então pela audácia, pelo desejo imoderado de conquista, pelo sentimento de independência, pela vocação de mando, pela lealdade — "raça de gigantes" disse já um historiador (1). Tem-se a impressão de que a imagem sempre existiu, desde os antigos tempos em que as bandeiras percorriam os sertões em busca do ouro.

Descobrir que tal na verdade não ocorreu e que, pelo contrário, seu aparecimento está perfeitamente localizado não só no espaço mas também no tempo constitui uma primeira surpresa. A consulta aos dicionários da língua portuguesa traz um primeiro esclarecimento a respeito. Verifica-se, assim, que no *Diccionario da Lingua Portuguesa*, publicado em 1802 por Moraes e Silva (1757-1824), o termo não existe, mas a palavra "bandeira" está devidamente registrada: "Bandeiras, no Brasil e Minas (sic), são associações de homens que vão pelos Sertões debaixo de um cabeça, descobrir terras mineiras. Dantes chamavão assim os que ião descobrir Indios gentios e conduzi-los, ou cativá-los, resgatá-los" (2). O autor indica a fonte de sua informação: "Vieira, Cartas"; contemporâneo das bandeiras, o Pe. Antonio Vieira (1608-97) utilizava pois a denominação nas tão famosas Cartas.

Muito mais tarde, Antônio Cândido de Figueiredo (1846-1925), em seu *Novo Dicionário da Lingua Portuguesa*, edição de 1913, registra já o conceito de bandeirante sob a forma seguinte: "Bandeirante: indivi-

MARIA ISAUARA PEREIRA DE QUEIROZ é pesquisadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP.

Este texto foi apresentado ao 46º Congresso Internacional de Americanistas (Amsterdã, Holanda - 4 a 8 de julho de 1988) em mesa-redonda com o tema "Regionalismo e Identidade Nacional".

1 Alfredo Ellis Jr. publicou seu livro *Raça de Gigantes* em 1926.

2 Moraes e Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 2 vols., s/d, porém com a seguinte nota, ao fim da "Epítome da Grammatica Portuguesa" que antecede o dicionário: "Acabou-se esta Epítome da Grammatica Portuguesa no Engenho novo da Moribeca em Pernambuco, aos 15 de Julho de 1802"; a edição consultada é, pois, anterior a essa data. Sabe-se que a primeira edição do dicionário foi publicada em Lisboa, em 1789, a que se seguiram muitas outras.

3 Antônio Cândido de Figueiredo, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Livraria Clássica Ed., nova edição, 1913. O autor, português, declara na introdução ter incluído mais de sete mil brasileirismos que "nunca haviam entrado em dicionários de língua portuguesa" até então, pois, como seu livro se destinava "a todos os povos que falam português, não pôde prescindir dos termos brasileiros..." (p. IX).

4 Carlos Teschauer, *Novo Dicionário Nacional*, Porto Alegre (RS), 2ª ed., 1926. Carlos Teschauer, jesuíta, veio para o Brasil em 1880, fixou-se no Rio Grande do Sul; além de sua tarefa apostólica, publicou muitas obras sobre a região em que habitava.

5 Laudelino de Oliveira Freire, *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, 5 vols., 1938. O autor, filólogo e ensaísta, membro da Academia Brasileira de Letras, deixou inúmeras obras em que demonstrou seus conhecimentos de língua e literatura nacionais.

6 Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 10ª ed., 1960.

7 Katia Maria Abud, *O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições: a Construção de um Símbolo Paulista, O Bandeirante*, Tese de Doutorado, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986.

viduo que, no Brasil, faz parte dos bandos, destinados a explorar os sertões, atacar selvagens, etc." (3). O substantivo surge diretamente ligado à realidade, sem nada que possa sugerir alguma qualidade simbólica. Em obra exclusivamente brasileira e mais recente, o *Novo Dicionário Nacional*, publicada em 1928 e da autoria de Carlos Teschauer S. J. (1851-1930), bandeirante é ainda somente "o sujeito (sic) que faz parte de uma expedição chamada bandeira" (4). Jesuíta alemão radicado no Rio Grande do Sul desde fins do séc. XIX, Carlos Teschauer elaborou seu livro a partir dos vocábulos que recolheu durante sua vida, na região em que habitava.

Laudelino de Oliveira Freire (1873-1937), no monumental *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, publicado após sua morte, já refere dois conceitos de bandeirante: o de membro de uma bandeira que saía em busca das minas, e o de sinônimo de *paulista*, isto é, natural de S. Paulo (5). O mesmo é encontrado no *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1910-89). Nele os significados são os seguintes: "Bandeirante: indivíduo pertencente a uma *bandeira* ou associação destinada a escravizar índios ou descobrir minas". Mas além do substantivo há também o adjetivo, como em Laudelino Freire: "Bandeirante: o natural de S. Paulo" (6). A edição citada é de 1960.

Nos dois últimos dicionários, o substantivo designa simplesmente um fato concreto - o pertencer à coletividade que se entrega a uma forma determinada de atividade. Aliás, o substantivo já existia no dicionário do português Cândido de Figueiredo, o que demonstra que no início do séc. XX ele estava plenamente admitido na linguagem daquém e dalém mar. No entanto o adjetivo, sinônimo de "paulista", é encontrado posteriormente e em dicionários brasileiros. Pode-se razoavelmente supor que o termo "bandeirante", substantivo designando simplesmente quem participa de uma bandeira, teria aparecido em fins do séc. XIX, sendo que o adjetivo seria mais recente, datando do início do séc. XX.

Todo substantivo designa algo que existe materialmente e nessa constatação se esgota o seu sentido. O adjetivo, por sua vez, identifica alguém ou alguma coisa por meio de características que lhe são peculiares. O adjetivo "bandeirante" se originou do substantivo, que lhe foi anterior. Sinônimo de *paulista*, liga esta designação ao substantivo, isto é, ao fato histórico das bandeiras. Nesta ligação se vislumbra toda uma evocação de um passado que se associa a determinados indivíduos, um significado histórico; se *paulista* tem uma base geográfica, *bandeirante* tem como base uma tradição; e quem diz tradição não diz somente outros tempos, mas também crenças, pensamentos, sentimentos, aspirações que perpassam as gerações como legados permanentes, estabelecendo entre elas como que uma comunhão espiritual. O adjetivo "bandeirante" se encontra, pois, pleno de um sentido simbólico.

O pequeno passeio efetuado pelos dicionários indicou que o termo "bandeirante" é datado, não aparecendo, seja como substantivo, seja como adjetivo, senão em fins do séc. XIX; no entanto, o termo *bandeira* se forjou no séc. XVII muito provavelmente, e permaneceu com seu sentido de origem até os dias atuais. Uma indagação voltada para o passado desvendaria sem dúvida o momento em que os significados "paulista" e "bandeirante" se associaram como sinônimos, veiculando uma mensagem específica.

Através de investigação em documentos históricos, Katia Maria Abud verificou que a primeira ligação com as bandeiras se efetuara por intermédio do termo Paulista (7). Os dois historiadores mais antigos que estudaram as bandeiras foram, no séc. XVIII, Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-77) (8) e Frei Gaspar da Madre de Deus (1714-1800) (9). Pela primeira vez foi traçada a imagem do sertanista desbravador, indômito, cheio de iniciativas, conquistador e rebelde. Tais ingredientes que indicam a formação de uma imagem lendária estavam presentes nas obras dos dois historiadores citados, definindo o nome "paulista"; o termo "bandeirante" não existia ainda.

Aliás, no poema "Vila Rica", de Claudio Manoel da Costa (1729-89), composto entre 1769 e 1773, o termo se encontra presente com as mesmas qualificações:

"Vê os Pires, Camargos e Pedrosos,
Alvarengas, Godóis, Cabrais, Cardosos,
Lemos, Toledos, Pais, Guerras, Furtados,
e os outros que, heróis assinalados

se fizeram no arrojo das conquistas.
Ó sempre grandes e imortais paulistas!" (10)

A nítida louvação, o claro engrandecimento estavam a indicar que se tratava de uma *raça* especial, com predicados fora do comum; o termo traçava uma linha clara de demarcação entre os que eram a ela pertencentes e os que não podiam nela se incluir. Ao dar à sua obra o título de *Nobiltarquia Paulista*, o historiador Pedro Taques reforçou mais as barreiras, pois o orgulho de casta é o colorido que a distingue; só tratou dos *bomens bons*, isto é, dos integrantes da camada superior, cujo *sangue limpo* e profissões dignas lhes permitiam aspirar ao cargo de vereador.

Frei Gaspar da Madre de Deus, no entanto, alargou o conceito, englobando nele também os oriundos da larga miscigenação com indígenas que ocorrera na então capitania. Para ele, as qualidades do paulista provinham de sua condição de mameluco; a independência do indígena, associando-se à eficiência e domínio de técnicas modernas do português, dera em resultado indivíduos certamente insolentes e com algo de rebeldes, porém altivos, corajosos, cheios de iniciativa e de persistência em suas atividades, o que os levava a tantos feitos notáveis.

Em ambos os historiadores, apesar dos pontos de vista diferentes que defendem convictos, registrava-se o louvor aos antigos povoadores da capitania, aos valorosos sertanistas que se embrenharam nas florestas alargando as fronteiras coloniais; tais qualidades justificavam plenamente seu direito, e o direito de seus descendentes, de ocuparem posição de mando na capitania. Ao mesmo tempo os autores davam corpo a uma legenda heróica, a qual fortaleceria a coesão e solidariedade internas das grandes famílias locais. Num período da história paulista em que as guerras entre parentelas eram freqüentes e mortíferas, não era demais que se buscasse um meio de fortificar laços que as aproximassem, gerando a harmonia (11).

Embora tal circunstância possa parecer suficiente para explicar o aparecimento de um símbolo, Katia Maria Abud mostra outras ainda, talvez mesmo mais pertinentes. A exploração do ouro nas minas começara a declinar em 1763; o apresamento de índios não se mostrava mais rentável, ao contrário do que acontecera em tempos anteriores. A decadência econômica rondava as famílias paulistas, que se viam na contingência de apelar para novas atividades que viessem revigorar seus recursos.

A localização privilegiada da vila de São Paulo que, com as entradas e bandeiras, se tornara importante fulcro de comunicações entre, de um lado, as capitâncias do Sul e, de outro lado, as capitâncias em que a mineração se efetuava, isto é, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, abria novas perspectivas ligadas à exploração do comércio de gado, de muares, de gêneros alimentícios, de mercadorias variadas. Admitia-se agora plenamente que os comerciantes se incluíssem entre os *bomens bons* e portanto pudessem aceder à direção da vila através da Câmara; esta não ficava mais reservada exclusivamente a fazendeiros e sertanistas (12).

Sob o governo de Morgado de Mateus, de 1765 a 1776, operou-se um reerguimento local por intermédio do comércio; mas ao mesmo tempo o desenvolvimento econômico atraiu inúmeros forasteiros (portugueses, espanhóis) que vinham tentar fortuna numa região que se apresentava tão propícia. Os louvores aos paulistas, na segunda metade do séc. XVIII, aparecem como uma reação dos autóctones, ameaçados em sua riqueza, em sua supremacia, em sua hegemonia pelos recém-vindos, que lhes faziam concorrência em suas posições socioeconômicas, mas também e principalmente no governo das Câmaras. O desejo de opor barreiras às ambições dos forasteiros se refletia, pois, na poesia de Claudio Manoel da Costa, na exaltação do mameluco sertanista por Frei Gaspar da Madre de Deus, na glorificação dos velhos troncos paulistas por Pedro Taques — estes dois últimos sendo rebentos de antigas famílias locais (13).

Mas a separação entre paulistas e estrangeiros durou pouco; o intercasamento de filhas de fazendeiros e indivíduos recém-chegados agiu como um poderoso elemento de aproximação que integrou forasteiros nos troncos existentes e lhes deu também foros de paulistas. O ufanismo reapareceu por volta de 1870, com as mesmas qualidades com que os primeiros historiadores o haviam burilado. No entanto, não se voltava mais para o passado exclusivamente; encontrava-se firmemente implantado no presente, com base no fulgurante desenvolvimento econômico que se havia operado na segunda metade do séc. XIX em terras que os fazendeiros desbravavam, numa demonstração de que eram lídimos continuadores dos corajosos ser-

8 Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *Nobiltarquia Paulistana, Genealogia das Principais Famílias de S. Paulo* foi um dos trabalhos deste autor, considerado por muitos como o primeiro historiador paulista. Esta obra, além de outras, se encontra reproduzida na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e também foi reeditada por Alonzo d' E. Tournay, s/d.

9 Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memória para a História da Capitania de S. Paulo*, Lisboa, 1ª ed., 1797. Este beneditino nascido em Santos dedicou-se aos estudos de história de sua capitania em sua cidade natal, para onde se retirou depois de ter reorganizado, na cidade do Rio de Janeiro, a ordem na qual era abade.

10 Citado em Abud, 1986, p. 13.

11 Ver a descrição destas lutas em: L. A. Costa Pinto, *Lutas de Famílias no Brasil*, São Paulo, Cia. Editora Nacional/INL/MEC, 2ª ed., 1980.

12 Ver Abud, 1986, pp. 63 a 68.

13 Ambos eram paulistas e estavam muito preocupados em resguardar, como se diria hoje, a memória de seus maiores. Abud, p. 86.

- 14 A análise desse período mostra de maneira muito clara o sentimento de injustiça que reinava entre os grandes fazendeiros do oeste paulista, e que os levou à fundação do Partido Republicano Paulista. Ver Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios*, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1976. Ver também, da mesma autora, "Um Republicano Paulista do Séc. XIX: o Fazendeiro Manoel Elpidio", in *Ciência e Cultura*, vol. 34, nº 8, agosto de 1982.
- 15 Alberto Salles, *A Pátria Paulista*, Campinas, Typ. a vapor da Gazeta de Campinas, 1887, pp. 115-6. Ir-mão de Campos Salles, formado em Direito em 1882, este autor deixou um precioso livro em que, além de fornecer dados estatísticos interessantes, registra um ufanismo paulista na mesma linha de Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus.
- 16 Idem, *ibidem*, p. 149.
- 17 Ver Abud, 1986, p. 13.
- 18 A década de 20 deste século também se distinguiu no campo da história. Alfredo Ellis Jr. publicou *O Bandeirismo e o Recuo do Meridiano* (1924) e, a seguir, *Raça de Gigantes* (1926), estudos sobre bandeiras e sertanistas. Afonso d' E. Taunay iniciou a publicação de sua monumental *História Geral das Bandeiras Paulistas*, em onze volumes, que se estendeu de 1924 a 1950. Finalmente, José de Alcântara Machado veio a público com um trabalho extremamente original, construído a partir da análise de 450 testamentos e inventários dos sécs. XVII e XVIII, reconstituindo a vida cotidiana dos sertanistas: *Vida e Morte do Bandeirante*, 1926.
- 19 Na década de 20, o Rei do Café, isto é, o maior cafeicultor paulista, chamava-se Jeremias Lunardelli; no âmbito industrial, italianos como o Conde Mattarazzo e o Conde Crespi davam novo vigor a este setor da economia. Entre os jovens intelectuais da Semana de Arte Moderna incluíam-se nomes como os de Anita Malfatti na pintura, Menotti Del Picchia na literatura. O afluxo de imigrantes à capital paulista fora enorme durante as primeiras décadas do séc. XX; entre 1908 e 1920, por exemplo, 340.000 imigrantes haviam chegado ao porto de Santos, e deles 80% rumaram diretamente para a capital paulistana; ora, em 1900, esta contava apenas 239.800 habitantes. Pode-se imaginar o abalo causado por tal invasão maciça de alienígenas e as conseqüências que traria inclusive à mentalidade autóctone. Para dados sobre os imigrantes, ver IBGE - *Relatório Estatístico do Brasil - Quadros Retrospectivos*, Rio de Janeiro, IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, vol. 1, 1986.

tanistas: abriam novas terras à lavoura, utilizavam novas técnicas no trato das culturas e nos meios de comunicação, lançavam-se a novos empreendimentos, numa demonstração de audácia e de visão.

Agora, porém, a figura mítica do paulista não era traçada a partir do passado; tratava-se de provar de maneira *científica*, com base em dados estatísticos que refletissem a operosidade e o arrojo dele no mundo dos negócios, mostrando que nada ficava a dever aos antepassados. Além do passado e do presente, a imagem encerrava também uma projeção para o futuro; a Província de São Paulo não poderia dar de si tudo quanto se esperava enquanto se mantivesse atrelada a regiões incultas, ou atrasadas, sendo indispensável, para o seu pleno desenvolvimento, que se separasse destas. A pregação republicana, fruto do enriquecimento dos fazendeiros do chamado oeste paulista, que encerrava como uma das metas principais o ideal de uma federação nacional, chegou nalguns de seus próceres até os extremos do separatismo (14).

O melhor exemplo destes foi sem dúvida Alberto Salles (1860?-1910), que difundiu tais idéias em seus escritos, querendo provar, através de raciocínios esteiados em dados estatísticos, a viabilidade de uma São Paulo independente. Descrevendo em 1887 "o espantoso desenvolvimento material" de sua província, afirmava: "As nossas indústrias, conquanto ainda novas, têm tomado enorme incremento e já vão, até certo ponto, se transformando em centros poderosos de atração para o capital, que, de dia em dia, se acumula e procura meios seguros de aplicação" (15). O crescimento demográfico não menos notório era alimentado por correntes ininterruptas de imigrantes, subvencionadas umas, espontâneas outras, que traziam à região os braços indispensáveis para o trabalho.

Ao chamar a atenção para o rápido desenvolvimento da província, apesar de todos os empecilhos colocados pela forte centralização do governo imperial, o autor tem expressões que, sob nova forma, espelham o ufanismo: "Uma província que realiza prodígios desta ordem, ainda maltratada pela administração central, e que atesta de um modo tão positivo a sua riqueza, é porque tem dentro de si mesma um grande reservatório de forças progressivas (sic) que, a despeito de quantos obstáculos possam aparecer, tendem necessariamente a manifestar-se. Não é certamente um povo vulgar aquelle que faz milagres desta natureza" (16).

O grande sentimento de injustiça e de impotência por parte dos fazendeiros do oeste paulista, que então não participavam do governo, foi propício para a eclosão do movimento separatista e para a nova glorificação da figura do paulista; viam a política imperial dominada por representantes do Nordeste e do Vale do Paraíba, regiões cuja economia declinava. As iniciativas que iam sendo tomadas pelo governo eram, em sua maioria, pouco adequadas às zonas novas que se abriam ao cultivo do café, e nas quais floresceu o Partido Republicano Paulista. Não aparecem nos escritos separatistas menções diretas à epopéia das bandeiras, mas avulta uma imagem do paulista muito próxima daquela que fora cunhada em fins do séc. XVIII. No entanto, o separatismo ficou restrito somente a um pequeno punhado de republicanos; não vingou. A idéia de federação, essa sim, ganhou corpo e manteve-se como uma das reivindicações mestras do novo partido.

As bandeiras tornaram a atrair a atenção dos estudiosos nas primeiras décadas do séc. XX. Voltando agora de novo à tese de Katia Maria Abud, teria sido este o período "em que mais obras sobre as bandeiras foram escritas, e no qual a imagem dos bandeirantes tomou seus contornos mais nítidos" (17). Os autores relevantes foram José Alcântara Machado de Oliveira (1875-1941), Afonso d'E. Taunay (1875-1941) e Alfredo Ellis Jr. (1896-1974), entre vários outros. Por nascimento ou aliança, pertenciam todos eles a velhas famílias paulistas, e seus trabalhos manifestam, explícita ou implicitamente, claro orgulho de linhagem (18).

As obras não tinham, porém, finalidades laudatórias exclusivamente; pelo contrário, os autores se empenhavam com afincado em desvendar a *verdade histórica* a respeito dos sertanistas, buscando para tanto a mais farta documentação possível; e entre os documentos estavam os estudos de Pedro Taques e de Frei Gaspar da Madre de Deus. Estes últimos não parecem ter sido utilizados somente como fontes, mas também como inspiradores da imagem que se delineia nos trabalhos dos continuadores. Como eles, os historiadores do séc. XX proclamaram a importância e o valor dos *filhos da terra*, e demonstravam que o pioneirismo, o espírito de iniciativa, a bravura do fazendeiro cafeicultor, desbravando as matas para a nova cultura, implantando estradas de ferro, buscando nova mão-de-obra, eram a continuação das

virtudes que os bandeirantes haviam possuído. Publicados na década de 20, os estudos coincidiam com o período em que se encontravam no ápice a riqueza cafeeira e o predomínio paulista no país, tanto econômica quanto politicamente.

O desenvolvimento paulista pudera ter lugar graças aos imigrantes que, a partir de 1860 mais ou menos, haviam desembarcado na região, trazendo novos braços ao trabalho agrícola. No início do séc. XX, filhos e netos destes imigrantes eram já encontrados nas camadas econômicas elevadas, na intelectualidade, ou mesmo ocupando cargos políticos e na administração pública (19). Estudiosos que atualmente se têm voltado para a análise dessa época supõem que o aparecimento da figura do bandeirante, que ocorreu então, cobria todos os que habitavam o estado, fosse qual fosse a origem deles, permitindo assim uma integração dos imigrantes; operava-se uma aliança dos nacionais com os forasteiros, e uma nova raça surgia com as mesmas virtudes de arrojo, eficiência, amor ao progresso que marcara os mestiços dos antigos tempos, como havia mostrado Frei Gaspar da Madre de Deus ao elogiar os mamelucos (20).

Esta interpretação se baseia na noção de que o *símbolo* se caracterizaria por desempenhar funções eminentemente reforçadoras da solidariedade interna de um grupo ou de uma coletividade, perpetuando valores encarados como fundamentais para a manutenção da sociedade e de sua civilização. A definição da imagem do bandeirante pelos historiadores do início do séc. XX, num momento em que milhares de imigrantes e seus descendentes vinham se incorporar à sociedade paulista, teria sido um modo de intensificar os laços entre duas metades da mesma. A figura lendária reforçaria a coesão entre os naturais da região e os alienígenas, envolvendo a todos na mesma consideração de pioneiros, cada qual a seu modo.

Pode-se, todavia, levantar uma grande interrogação a estas interpretações, com base numa série de observações que, ao que se acredita, são aqui apresentadas pela primeira vez. Tanto mais que é nesse momento — década de 20 — que se cunhou o termo "bandeirante" com seu significado específico, como uma figura distinta da do paulista. Este último termo viu crescer então sua carga essencialmente geográfica, marcando os que pertenciam a uma região; o qualificativo "bandeirante", por sua vez, surgiu com todo o peso de um significado histórico inconfundível. Não esquecer a origem específica dos his-



20 Além de Katia Maria Abud, que realça o grande relevo alcançado pelo bandeirante como fator de coesão, também efetuam a mesma interpretação Joseph L. Love, *A Locomotiva: S. Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; Maria Helena Capelatto, *O Movimento de 32: a Causa Paulista*, São Paulo, Brasiliense, 1981; Maria Lígia Prado, *A Democracia Ilustrada: S. Paulo, 1926-1934*, Tese de Doutorado, Dep. de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1982, mimeografada. Katia Maria Abud principalmente encara o símbolo do bandeirante apenas em seu aspecto aglutinador, como se esta fosse a única função desempenhada desde o início em São Paulo. No entanto, sua própria análise está cheia de dados inconfundíveis sobre a função segregadora desse símbolo, desde os tempos de Pedro Taques e de Frei Gaspar da Madre de Deus.

21 Esta expressão, extremamente significativa, não pertence porém à década de 20; ela foi cunhada no início do movimento de 1932 por José de Alcântara Machado, num discurso inflamado pronunciado na Faculdade de Direito. Inspirado nesse discurso, Martins Fontes logo em seguida utilizou a mesma expressão numa poesia que marcou época.

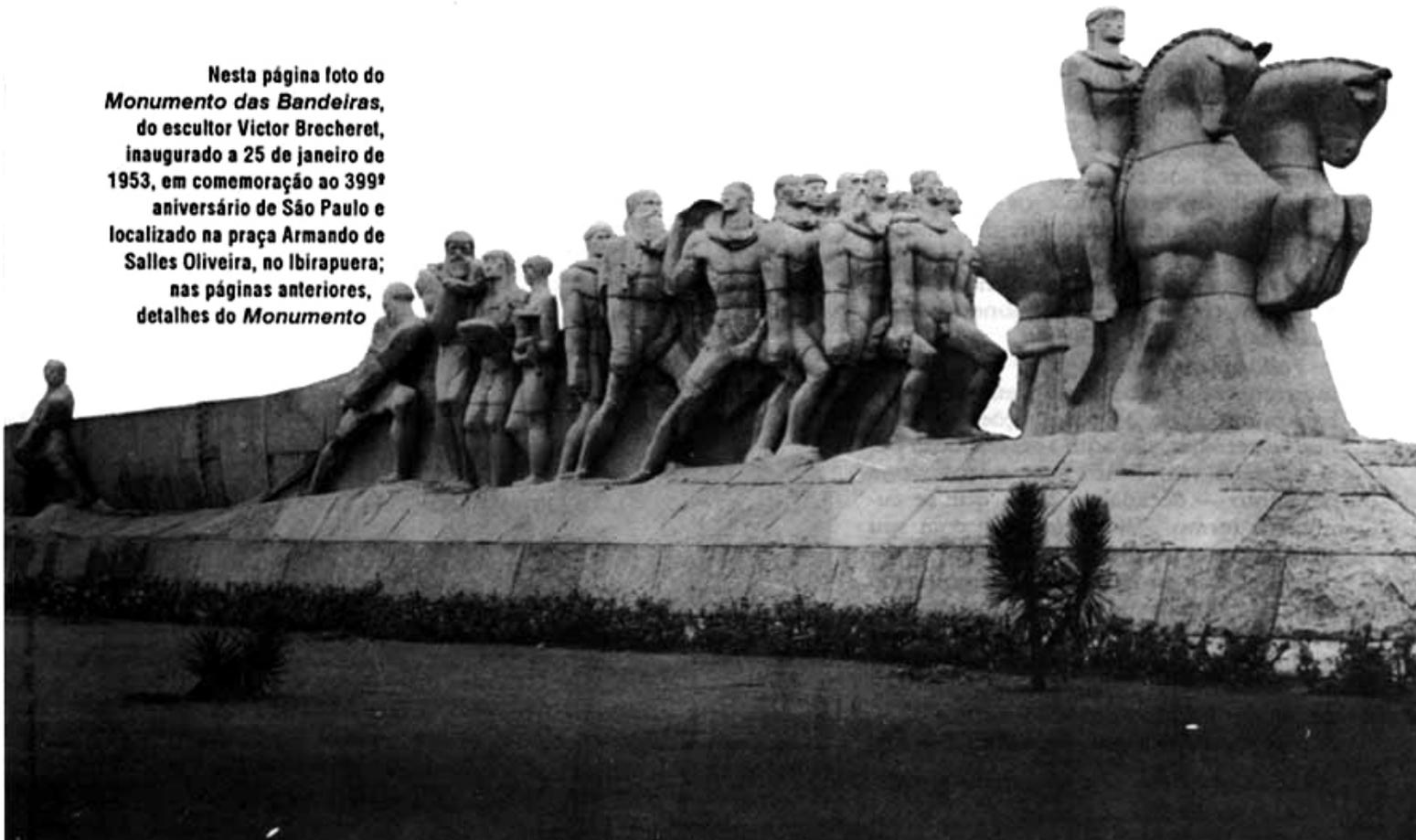
toriadores, todos eles representantes das velhas famílias locais. O sentido profundo, subjacente a seus trabalhos, é a ligação estreita entre as qualidades dos bandeirantes e os predicados da elite paulista a que pertenciam. A filiação lhes parecia indiscutível, as virtudes da *raça* se haviam mantido através do tempo, consubstanciadas nas atividades pioneiras e resultando no engrandecimento da nação, de que se mostravam os mais legítimos motores.

Os imigrantes, seus filhos, seus netos eram paulistas; porém bandeirantes eram somente aqueles cujos avós, bisavós, tataravós e demais antecessores tinham trabalhado e pelejado no mesmo solo que agora abrigava a todos. O bandeirante enquanto símbolo era criado repleto de um conteúdo discriminatório; separava, no interior do estado, uma coletividade antiga de outra coletividade de origem recente, valorizando altamente a primeira em detrimento da segunda. Os historiadores do séc. XX se mostravam, pois, muito próximos de seus antecessores, Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus: como estes, seu intuito era traçar uma linha clara de separação entre "paulistas de 400 anos" (21) e forasteiros.

Da mesma forma que no passado o simbólico paulista, agora o bandeirante, além de uma discriminação, possuía um efeito compensatório: os imigrantes e seus filhos podiam se tornar milionários, podiam galgar altas posições, porém não dispunham de uma riqueza primordial, a riqueza constituída pela glória dos antepassados. Não alcançariam nunca um passado familiar e regional aureolado do esplendor de feitos extraordinários. Os alienígenas sem dúvida eram paulistas; porém não seriam jamais bandeirantes.

Os historiadores da década de 20 não foram os únicos a expressar a rejeição dos imigrantes; na literatura da época se inscreveu, também, a ojeriza contra o *carcamano*, clara ou sutilmente: Macunaíma, herói que consubstancia essencialmente o *ser brasileiro* porque é ao mesmo tempo branco, africano e indígena, deixa suas longínquas florestas para vir a São Paulo, onde se engaja numa luta contra o gigante Pietro Pietra, cujo nome é significativo (22). Porém Mário de Andrade (1893-1945), o autor da citada epopéia, não foi o único a caricaturar o recém-chegado italiano; as aventuras e desventuras dos imigrantes (23) formam o cerne dos contos de Antonio de Alcântara Machado (1875-1941); e nessa mesma época o "poeta, *barbieri* e *giornalista*", sob o pseudônimo de Juó Bananére (1892-1933), imprime ironica-

Nesta página foto do Monumento das Bandeiras, do escultor Victor Brecheret, inaugurado a 25 de janeiro de 1953, em comemoração ao 399º aniversário de São Paulo e localizado na praça Armando de Salles Oliveira, no Ibirapuera; nas páginas anteriores, detalhes do Monumento



mente seu jornalzinho *U Abaxu Pique*, imitando o linguajar arrevezado dos imigrantes (24). O tom de mofa aberto ou velado, a tolerância orgulhosa e condescendente dos escritores estavam também marcando claramente a separação entre as famílias antigas e os forasteiros. Como no séc. XVIII, uma elite autóctone procurava manter sua posição hegemônica, fechando sua coletividade contra possíveis invasões que a desfigurassem, ao mesmo tempo em que se consolava de suas perdas com a afirmação de um passado prestigioso, e com a desvalorização dos imigrantes. A figura do bandeirante e o relevo que lhe é dado então constituíam uma barreira oposta às possíveis ambições de integração dos forasteiros (25).

Assim, a figura do paulista até o início do séc. XX e, em seguida, a figura do bandeirante, quando analisados os contextos históricos e sociais em que surgiram e se firmaram, contém ambas, como elemento primordial, sua função diferenciadora no interior de uma coletividade. No entanto, nos três momentos até agora analisados, nasceu o símbolo e se manteve circunscrito apenas ao âmbito de intelectuais interessados pela história de sua região, ou de escritores vivendo intensamente uma renovação literária — pequena minoria letrada em meio à população cada vez mais avultada do estado; tanto mais que, mesmo nas camadas superiores, era modesta a quantidade dos que tomavam conhecimento do que era publicado pelo pequeníssimo grupo dos *bomens de letras*. A compreensão e a função das duas figuras lendárias, a do paulista a princípio, mais tarde substituída pela do bandeirante, pareciam destinadas a ficar por assim dizer encerradas nos livros. Uma circunstância inesperada veio modificar a situação, projetando o símbolo do bandeirante para outros níveis sociais e modificando suas funções. Esta circunstância foi a Revolução de 1932 (26).

Tentativa controversa, definida por uns como um movimento reacionário que buscava reinstalar uma dominação política paulista claramente destronada pela coligação do estado do extremo Sul com estados do Nordeste, encarada por outros como uma luta contra a ditadura que Getúlio Vargas pretendia instalar no país (o que só conseguiu em 1937), a Revolução de 32, eclodida em São Paulo a 9 de julho desse ano — luta armada contra as forças do governo central — durou até 9 de outubro, quando foi assinada a convenção para a cessação das hostilidades.

Para fazer face ao governo federal e às suas forças, era indispensável a união de todos os componentes da coletividade paulista, de alto a baixo da escala social, com todas as etnias e nacionalidades. A camada hegemônica local lançou mão de todos os instrumentos para conseguir uma adesão a mais ampla possível que assegurasse participação a mais completa. A noção de "raça privilegiada dos paulistas" cobria agora todos os integrantes da coletividade; então bandeirante passou a ser sinônimo de paulista, unindo ao significado histórico o significado geográfico. Todos os que se esmeravam em servir o movimento deflagrado atestavam que eram descendentes, senão na origem, pelo menos no espírito e nas virtudes, dos antigos sertanistas.

Para que o símbolo ultrapassasse o âmbito intelectual restrito em que surgira, foram muito importantes os meios de comunicação de massa já existentes — jornais, revistas, cartazes, aos quais se somavam outros novos, como o alto-falante e o rádio, que alcançavam um público muito mais vasto (27). Três eram as emissoras paulistas existentes então: Record, Educadora e Cruzeiro; sem dúvida era relativamente reduzido o número dos que podiam possuir um aparelho receptor, porém, ligado a alto-falantes, concitavam na rua o povo à luta tanto no *front* quanto nas atividades de retaguarda, divulgavam amplamente *slogans* de apoio à causa paulista, difundiam discursos e apelos. O *espírito bandeirante* era constantemente invocado para reforçar o entusiasmo da população, lembrando que a iniciativa, a eficiência, a bravura que toda a coletividade estava demonstrando eram a prova da filiação ilustre. O Caçador de Esmeraldas, o Anhangüera eram invocados a todo instante como *deuses lares* que levariam os descendentes à vitória.

O grande sucesso alcançado então pelo símbolo foi patente; até hoje ele funciona como um sinal distintivo de todo aquele que trabalha pela grandeza do estado de São Paulo, independentemente de origem nacional, de etnia, de classe socioeconômica. Desde que contribua para que São Paulo exerça sua hegemonia dentro da nação brasileira, é ele consagrado como um representante dos velhos sertanistas. À sua característica de conservação das tradições, a imagem novamente incorporou desígnios voltados para o porvir: o bandeirante não era somente o descendente dos heróis de outrora, tornou-se principalmente aquele que, construindo o futuro, mostra-se digno dos ancestrais.

22 Mário de Andrade, *Macunaima*, São Paulo, Livraria Martins Ed., nova edição, 1944.

23 Antonio de Alcântara Machado, *Brás, Bexiga e Barra Funda*, 1927 e *Laranja da China*, 1928.

24 Juó Bananêre (Alexandre Ribeiro Marcondes Machado) além de imprimir "U Abaxu Pique", igualmente publicava poesias sarcásticas em que, na linguagem macarrônica dos imigrantes italianos, satirizava também a política e a literatura de sua época, sendo considerado um dos precursores da Semana de Arte Moderna. Reuniu em seguida as poesias num livrinho, *La Divina Incrensa*, 1924.

25 As palavras do Pe. Feijó, citadas por José de Alcântara Machado, vão nesse sentido: "Eu me orgulho de ser de uma província célebre pelo seu distintivo de honra e pundonor, e onde se faz timbre de cumprir o que se promete". É significativo também que seja citado Feijó, um dos paladinos do paulitanismo. Observa ainda Alcântara Machado que realmente, no São Paulo dos bandeirantes, muitíssimos negócios se concluem e liquidam sem documento de qualquer espécie, aspecto em que "transparece aquela proibidade intererata, que é uma das feições características do velho espírito paulista..." (José de Alcântara Machado, 1929, pp. 140-1).

26 Em meados dos anos 20, uma parte da elite hegemônica paulista se havia separado do antigo PRP, pois reivindicava várias modificações políticas, como por exemplo o voto secreto; por motivos óbvios, o velho partido desejava manter a forma de eleição existente, que dava lugar a constantes e repetidas fraudes. Fundado pelos opositoristas, um novo partido, o Partido Democrático (PD), apoiou a candidatura Getúlio Vargas à sucessão de Washington Luiz, e também o movimento que depôs a este último. No entanto, uma vez empossado Getúlio Vargas, não tardaram os membros do PD a perderem suas ilusões, diante da realidade inesperada: não participavam do novo governo, nem mesmo em seu próprio estado... Assim, em 1932, juntamente com o PRP, exigiram uma constituição que salvaguardasse a autonomia ameaçada dos estados. Decepcionados com a insensibilidade do governo para suas reivindicações, juntos PD e PRP desencadearam a Revolução de 1932.

27 Este aspecto está muito bem analisado no livro de Maria Helena Capelatto, 1981, pp. 31 a 34.

O êxito que assim cercou a figura do bandeirante parece reforçar a idéia de que sua virtude fundamental seria realmente a de fomentar a união e a solidariedade entre grupos e camadas no interior de uma coletividade. O fato dela anteriormente se ter mantido restrita ao interior da camada hegemônica paulista somente, distinguindo-a da coletividade geral, seria apenas uma indicação de que não estava ainda sendo utilizada na totalidade de suas potencialidades. Agora, porém, a plenitude fora alcançada.

Todavia, observe-se que a coesão se operava apenas no interior da coletividade paulista. Transposto o limite desta, e em relação à sociedade global brasileira, o bandeirante tomava um colorido patente de discriminação e não mais de união: distinguia, da totalidade nacional, os filhos do estado de São Paulo. Dando ênfase às virtudes bandeirantes, tacitamente comparava-as com os predicados dos naturais dos demais estados, numa tonalidade negativa para estes. O desenvolvimento econômico de São Paulo, o civismo de seus filhos lutando pelo benefício do país através da implantação de uma constituição, provavam que os naturais do estado formavam realmente uma *raça privilegiada*, diversa dos demais de outras regiões, lídimos fatores do progresso nacional.

O insucesso do movimento intensificou a função diferenciadora do símbolo, despertando novo surto de separatismo, muito mais vigoroso e amplo do que o de fins do séc. XIX. Ele só se diluiu e apagou quando o Brasil foi forçado a participar da Segunda Guerra Mundial, diante do reforço do *ser brasileiro*.

Carregado de qualificações exclusivamente locais, o símbolo não podia se tornar extensivo ao Brasil (28); ele representou cada vez mais, e somente, a gente do território em que se originara, diferenciando-a dos conterrâneos de outras plagas (29). Sua função discriminatória foi patente, indiscutível. No entanto, no interior da área paulista à qual permaneceu circunscrito, exerceu função contrária: unificadora, reforçando a solidariedade de grupos e de camadas. O orgulho de linhagem, que havia caracterizado o aparecimento do herói paulista no séc. XVIII, do herói bandeirante no séc. XX, chegara assim ao seu último avatar: alargou-se à amplitude de um orgulho regional, abarcando camadas sociais distintas, grupos de origem nacional e étnica diversas, separando-os em relação à sociedade global brasileira. O auto-engrandecimento produziu, como não podia deixar de ser, reação contrária por parte dos habitantes das demais regiões. Assim, ambos os símbolos — paulista e bandeirante — expressaram e reforçaram, através do tempo, coesão e diferenciação.

O símbolo tem sido considerado habitualmente em sociologia como fator emissor de coesão e solidariedade no interior de um grupo ou de uma sociedade, uma vez que encerra uma mensagem inteligível aos seus membros; a captação de um mesmo sentido por todos constituiria sólida e profunda base de união, pois mostrava que possuíam algo em comum, isto é, uma única linguagem que lhes permitia interpretação idêntica do que era transmitido, determinando a unidade nas maneiras de ver, a semelhança nas maneiras de agir.

Certamente os componentes da coletividade paulista compreenderam sempre o que significavam o paulista e em seguida o bandeirante. Nos dois casos, a compreensão fora geral para os membros das camadas superiores, e separava quem era da velha estirpe, quem era de origem recente. Houve, pois, a princípio, em São Paulo, duas formas diversas de compreender a mensagem; para uns, ela falava de união e de separação; para outros ela falava somente de separação. Existiam no interior da coletividade paulista partes que não se confundiam no plano do real, partes que, embora existentes ambas em todos os níveis sociais, se destacavam como diferentes; a compreensão que cada parte alcançava a respeito do símbolo seguia a linha de demarcação entre elas. Mais tarde, quando o bandeirante passou a agir como expressão de união das diversas partes no interior da coletividade paulista, imediatamente tornou-se o sinal de demarcação entre esta e a sociedade global brasileira.

A importância dos símbolos não parece residir tanto em seu poder de coesão, e sim, ao contrário, em seu poder de delimitação de grupos, de coletividades, de sociedades, marcando com precisão os contornos deles. É devido às suas peculiaridades de elemento discriminador que o símbolo define seus predicados e constitui algo de vigoroso. Cada sociedade global no concerto das nações, cada coletividade dentro de uma sociedade global, cada grupo, cada família tem seus símbolos específicos, por meio dos quais se autoconhece em relação aos demais. Se os símbolos possuem em alto grau a peculiaridade de perpetuar os valores encarados como fundamentais para a continuidade de grupos e de sociedades globais, enquanto enti-

28 Logo após o golpe de estado de 1937, o poeta, ensaísta e historiador Cassiano Ricardo (1895-1979), porta-voz de Getúlio Vargas em São Paulo, tentou alargar ainda mais o símbolo do bandeirante, para que agisse como uma justificativa do chamado Estado Novo. Publicou então *O Estado Novo e seu Sentido Bandeirante*. Mas seus argumentos não alcançaram sucesso algum.

29 Seria importante verificar em que medida símbolos surgiriam nas camadas inferiores do país, e sob que forma. Mais recente do que o bandeirante, um outro símbolo surgiu, que se generalizou e se tornou nacional — o cangaceiro. Na forma pela qual é utilizado — a de paladino dos pobres e dos oprimidos —, pareceria que teria surgido nas camadas inferiores. No entanto, uma primeira tentativa de análise de seu aparecimento mostra que este se teria dado também nas camadas superiores. Na década de 50, o jornalista Assis Chateaubriand criou, num momento de irônica euforia, a Ordem do Cangaco, destinada a galardoar nacionais e estrangeiros que tivessem demonstrado, por meio de atos significativos, seu amor ao Brasil. Apesar de sua ironia, a Ordem continha evidentes sentimentos nacionalistas diante do cosmopolitismo que avassalava cada vez mais a economia nacional. Pouco depois, a imagem tomou um colorido mais nítido, relacionado à luta contra as opressões. Não era mais somente o Brasil diante da voracidade estrangeira que era representado, mas também, num país de enormes injustiças socioeconômicas, cristalizava a idéia do defensor dos fracos contra os fortes, do protetor dos explorados contra os desmandos dos grandes. Acrescenta-se que o cangaceiro era peculiar ao Nordeste, isto é, a região do país que mais contrastava com as regiões abastadas do Sudeste e do Sul. O destino deste símbolo se desenhava, também, ao nível dos valores tradicionais, representativos da brasilidade essencial, uma vez que o cangaceiro pertencia àquela área do país menos atingida pelas imigrações européias, asiáticas e outras. Um primeiro esboço desta análise foi feito por Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Os Cangaceiros*, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1977, pp. 210 a 213; mais tarde foi reproduzido em *História do Cangaco*, da mesma autora, São Paulo, Global Ed., 1982.

dades sociais, é devido às suas qualidades eminentemente delimitadoras.

Todavia, as virtudes discriminatórias ficam em geral escondidas pela ação interior que os símbolos desenvolvem, e que constituem um dos fatores importantes da continuidade das coletividades; desse modo, tornam-se aparentes suas características de promotores da coesão e da solidariedade e não se atenta para o fato de que, noutro ângulo, a ação é oposta e provavelmente mais importante. A inteligibilidade aparentemente geral do símbolo no interior de uma coletividade constitui eficiente máscara sob a qual disfarça sua ação diferenciadora; não deixa que se perceba a existência de uma linha de demarcação, delimitando formas diversas de seu significado, conforme se esteja deste ou daquele lado da linha.

A duplicidade, até mesmo a ambigüidade, seria a marca específica dos símbolos; isto é, encerram eles pelo menos duas interpretações a um tempo, dependendo da situação em que se encontra aquele que o compreende. O símbolo é sempre inteligível para as duas frações de uma coletividade, mas cada uma o apanha em perspectiva diferente. A função mais ampla e profunda dele parece ser justamente a de permitir que fragmentos diferentes de um mesmo grupo, ou de uma mesma sociedade global, tenham através dele o conhecimento do *eu* e do *outro*; sua virtude primordial, ao que tudo indica, seria de concretizar a separação entre eles, cristalizando-a de maneira a permitir o conhecimento recíproco.

Além desta característica, uma outra notada na formação da imagem do paulista, e em seguida na do bandeirante, é a dose de insatisfação e de frustrações da coletividade que a formula, ligadas à posição que julgam deveria ser a sua no sistema hierárquico; posição que ou está ameaçada, ou não foi alcançada, ou se perdeu. O símbolo aparece então como um mecanismo que ajuda a suportar injustiças e ofensas; intervém para suscitar, orientar e sustentar esforços no sentido de superar a situação desagradável ou penosa em que se encontram grupo ou coletividade — esforços em desenvolver ações concretas para resgatar a iniquidade, mas que simplesmente se esgotam na própria criação simbólica, levando simplesmente à sublimação. O personagem lendário pode tanto desencadear uma ação vigorosa para restabelecer direitos e privilégios, como constituir apenas uma forma de compensação ideal.

Finalmente, tanto o paulista como o bandeirante se originaram em camadas elevadas no interior de uma coletividade; a amplitude maior adquirida pelo símbolo do bandeirante deveu-se a circunstâncias específicas, e há quem avente a hipótese dele ter sido conscientemente manipulado nesse sentido pela elite local no momento conveniente. Seja como for, deu-se a ampliação, e o símbolo não regressou mais ao seu significado restrito anterior; isto é, o símbolo pode passar para as camadas inferiores, unindo-as então às superiores numa mesma coletividade, a qual se opõe agora a uma outra globalidade, a nacional. E foi determinado grupo, dentro da elite local — o grupo dos intelectuais —, que formulou o símbolo. Em que medida já existiria ele na elite, e os intelectuais somente lhe deram uma forma palpável através de seus textos? Esta parece a hipótese plausível, mas pesquisas específicas devem ser efetuadas para verificá-la (30).

Hoje já se encontra plenamente estabelecido que toda coletividade, todo grupo, se expressa através de seu imaginário, isto é, do conjunto de imagens e de representações míticas através do qual se autoconhece e se autoclassifica. Tais representações não alcançam o mesmo grau de consciência em todos os membros do grupo e em todos os momentos, mas estão presentes na totalidade deles, pelo menos em seu inconsciente, constituindo um dos motores de delimitação no interior de um espaço social. Entre as partes que compõem um grupo ou uma coletividade, ou nos grupos e coletividades em relação à sociedade global, a delimitação traçada pelas representações, que se concretizam em símbolos, ajuda a dar a conhecer aos indivíduos o lugar que acreditam ser o seu e a se distinguir dos demais; a formular aquilo que aceitam e aquilo que rejeitam. Numa mesma coletividade, conforme suas demarcações internas, as figuras imaginárias fazem aparecer coesões mas também contradições e divisões. Oriundas de um processo cognitivo a mais das vezes inconsciente, as figuras imaginárias se constroem apoiadas em estímulos opostos, em respostas contrárias, que agem simultaneamente no interior dos grupos, das coletividades, das sociedades globais. Promovem um autoconhecimento e uma auto-avaliação aparentemente imaginários; na verdade estão possibilitando o reconhecimento e a avaliação da posição de um grupo em relação a outro. E esta parece ser sua qualidade essencial.

30 Este ufanismo paulista deu lugar a inúmeras poesias, principalmente durante a Revolução de 1932 e os anos imediatamente posteriores. Guilherme de Almeida (1890-1969), o "Príncipe dos Poetas", teve grande número de seus versos voltados para a glorificação do bandeirante, entre os quais sobressai "Bandeira Paulista". Porém as estrofes que melhor exprimem a paixão paulista sem dúvida são de José Martins Fontes (1884-1937), médico de Santos, com a poesia "Todos Cantam sua Terra": "Paulista eu sou há quatrocentos anos!/Imortal, indomável, infinita/Dos mortos de que venho ressuscita/A alma dos Bandeirantes sobre-humanos.//Tenho orgulho dos nossos altiplanos./Tenho a paixão da gleba circunscrita./Quero morrer ouvindo a voz bendita/Dos pausados cantares paulistanos.//De minha terra, para minha terra/Tenho vivido./Meu amor encerra/A adoração de tudo quanto é nosso.//Por ela vivo num perpétuo enlevo/E incapaz de servi-la quanto devo./Quero ao menos amá-la quanto posso!" A poesia foi composta em julho de 1932, depois que Martins Fontes ouviu um candente discurso de José de Alcântara Machado (um dos grandes oradores do Movimento), em que o prócer exclamara: "Paulista eu sou há quatrocentos anos..." Justamente nesse ano eram comemorados os 400 anos da chegada de Martim Afonso de Souza a S. Vicente, trazendo os primeiros colonos que povoariam a capitania do mesmo nome, que mais tarde passou a se chamar São Paulo; de velha estirpe paulista, José de Alcântara Machado podia afirmar "seus" 400 anos de permanência na terra. O discurso foi proferido por ele no dia de sua posse na Academia Brasileira de Letras. O primeiro e os dois últimos versos, Martins Fontes tomou-os ao início e ao fim do mesmo.